



NOVAS FAÇANHAS

NO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DO FUNDO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEMA.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Aos vinte e um dias do mês de Agosto de dois mil e dezenove, realizou-se a 18ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, na sede da SEMA, situada na Av. Borges de Medeiros, 261, 14º andar – Sala 1 de Reuniões da ASSTEC, nesta Capital, com início às 09 horas com a presença dos seguintes Representantes: Sr. Alexandre Wasem, representante do CREA; Sra. Thais Braun Pivatto, representante da FEPAM; Sr. Marcelo Camardelli, representante da FARSUL; Sr. Eduardo Stumpf, representante do Comitê de Bacias Hidrográficas(CBH); Sr. Dennis Nogarolli Patrocínio, representante do Corpo Técnico SEMA/FEPAM/FZB e Sr. Róger Frederico Strauss, representante da SEAPDR. Participaram também da reunião: Sra. Vanessa Pedroso/SEMA e Sr. Eduardo Aguiar/SEMA. Constatando a existência de quórum, a Secretaria executiva iniciou a reunião as 09h24min. **Passou-se ao 1º item da pauta: Deliberação sobre o Plano de Aplicação do FEMA:** Vanessa Pedroso/SEMA sugere que o Major André Marcelo/SSP comece apresentando, pois tem que sair mais cedo. André Marcelo Ribeiro Machado/SSP Apresenta as operações da Brigada Militar que envolve as diárias recebidas da SEMA, e explica que a maioria delas convergem com datas das equipes das regiões e algumas não. Vanessa Pedroso/SEMA diz que nas questões das diárias foi optado aumentar o valor, não só para o batalhão, mas também o valor de diárias para o FEMA em si, porque essas atividades de fiscalização vão diretamente pra questão da receita e então sugere que seja feito um ofício para o conselho gestor com o valor de R\$ 35.000,00, pois depois também serão analisados outros projetos. Dennis/SEMA Logo depois cita que foi feita uma reunião do Conselho Gestor do FEMA e apresenta a planilha feita com os projetos e seus valores. E ao final cita que foi ultrapassado o valor estipulado, porem isso poderá ser readequado, devido aos projetos terem sido planejados de forma livre. Vanessa/SEMA diz que caso o recurso destinado ao tubarão azul não seja utilizado, não seria necessário retirar ou readequar os projetos e todos ficariam dentro dos valores estipulados. Thais/FEPAM apresenta então a proposta de orçamento com os recursos destinados a FEPAM. Neste item de pauta manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os seguintes representantes: André Marcelo/SSP, Vanessa Pedroso/SEMA, Dennis/SEMA, Eduardo Stumpf/CBH, Thais/FEPAM. **Passou-se ao 2º item da pauta: Assuntos Gerais:** Dennis/SEMA diz que na questão do corpo técnico em que um ano é formado por um técnico da SEMA e outro por um técnico da FEPAM, sugere incluir anualmente técnicos de ambas as entidades. Não havendo nada mais a ser tratado, encerrou-se a reunião às 10h48min.

Ofício N° 4006/2019 – DirAdm

Porto Alegre, 14 de agosto de 2019.

Prezado Secretário:

A Resolução N° 017/2019, do Conselho Gestor do FEMA, publicada em 09 de agosto de 2019, autoriza a utilização de recursos do FEMA por esta Fundação no montante de R\$ 4.500.000,00 para o exercício de 2019.

Nesse sentido pedimos aprovação para utilização de R\$ 4.000.000,00 de recursos do FEMA para o exercício de 2020, conforme descrição abaixo:

Despesa	Objeto	Previsão
ALUGUEL E CONDOMÍNIOS – Pessoa Jurídica	Aluguel e condomínio da sede, garagens e regionais	R\$ 2.928.000,00
ALUGUEL E CONDOMÍNIOS – Pessoa Física	Aluguel e condomínio das regionais	R\$ 272.000,00
CONSULTORIA	Valores de Referência da Qualidade dos Solos - VRQ	R\$ 500.000,00
MATERIAL PERMANENTE	Computadores, mobiliário e veículos	R\$ 300.000,00
TOTAL - FEPAM:		R\$ 4.000.000,00

Colocamo-nos disposição para esclarecimentos,
Atenciosamente,


Almir Azeredo Ramos Júnior,
Diretor Administrativo,
Fepam

Ilmo Sr
Paulo Roberto Dias Pereira
Secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura Adjunto e Presidente do Conselho Gestor
E/M

Proposta de Projetos para o Plano de Aplicação dos Recursos do FMA para o Exercício 2020

Divisão/DIHO	Descrição da ação/projeto	Projeto/Atividade macro em que se insere	Resultados esperados	Previsão de valores	Tipo de despesa	Detalhamento	Ponto focal (arredondar reconhecível)	Valor total	
DHO	Programa Inovadoras RS	Meta 11 de Aichi - controle e monitoramento de espécies exóticas invasoras	Realizar no mínimo 5 dias de campo implementar subprograma "Produtor Manejador" Potencializar ações de comunicação ambiental em âmbito Estadual e municipal Fortalecer a rede de colaboradores Instalação de armadilha tipo breite em Lics Atualizar a lista de sp. Exóticas invasoras (atualização Live)	RS	15.000,00	3.3.90.30	Material de consumo para instalação das armadilhas tipo breite na Unidades de Conservação de Manejo (UDM)	Denise Patrocínio	RS 359.301,00
				RS	19.301,00	Diárias	recursos a campo, capacitações, participação em congresso e reuniões		
				RS	100.000,00	Publicidade	Realização de campanha de comunicação ambiental sobre o tema exóticas (Imprensa e digital) e comunicação sobre o Plano Estadual de Controle de Invasão		
				RS	140.000,00	3.3.50.41	Elaborar de pesquisa e ações de fortalecimento da rede de colaboradores e continuidade das pesquisas iniciadas com UDM e UFERSJ		
				RS	70.000,00	3.3.90.39	Plano Estadual de Controle de Invasão e Rede de Colaboradores		
DHO	Projeto Conectar - Rede Brasileira de Trilha de Longo Curso	Convênio SEMA/ICMBS - Rede Brasileira de Trilhas/RJUN	Fomentar o voluntariado nos trabalhos de sinalização e manutenção das trilhas de longo curso Implementar prioritariamente as seguintes trilhas de longo curso: Caminho das Araucárias, Corredor Ecológico da Quarta Colônia e Caminho das Águas (Rural route) Sinalização dos trechos do caminho (pontuação de placas) Participação nas reuniões da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso capacitando necessários	RS	10.000,00	3.3.90.30	Itens necessários para suporte ao voluntariado e insumos para sinalização das trilhas	Denise Patrocínio	RS 95.000,00
				RS	20.000,00	Publicidade	Comunicação ambiental do Projeto Conectar para divulgação dos caminhos reconhecidos e inaugurados		
				RS	50.000,00	3.3.90.39	Contratação de empresa para produzir as placas de sinalização e manutenção de pesquisas a campo para capacitação		
				RS	15.000,00	Diárias	Diárias necessárias para implementação do projeto e participação de capacitando		
				RS	15.000,00	Diárias	Diárias para servidores da SEMA implementar o projeto em campo		
Divisão de Flora	Plano de Ação Nacional Territorial Planalto Sul, que visa conservação de espécies ameaçadas de extinção.	Estratégia Nacional para a conservação de espécies ameaçadas de extinção - PE-Espécies. Formalizado pelos seguintes instrumentos: Acordo de Cooperação 02/2018/SBIO/SEMA, firmado entre o WWF Brasil e o Ministério do Meio Ambiente, processo n. 02000.00074/2016-94, publicado no DOU em 05 de julho de 2018; Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a SEMA e o WWF Brasil, cuja minuta foi publicada no DOE de 01 de agosto de 2019; e com a PORTARIA SEMA Nº 234, de 05 de agosto de 2019, que designa as fiscais do referido ACT.	Melhoria do status de conservação de 22 espécies focais (criticamente ameaçadas de extinção) além de centenas de espécies benéficas/ocorrentes no território PAN Planalto Sul. As atividades da SEMA prevêm expedições de campo para coleta de dados de ocorrência das espécies ameaçadas, levantamento do estado de conservação das habitats, e definição das áreas prioritárias para conservação do território. Tais estudos subsidiarão demais ações de conservação também previstas no PAN Planalto Sul.	RS	20.000,00	Diárias	Realização de expedições de campo no território do PAN Planalto Sul; Realização de reuniões técnicas regionais;	Leonardo Umuth	RS 200.000,00
				RS	140.000,00	Diárias	Contratação de serviço de modelagem para definição de áreas prioritárias para a conservação dentro do território Planalto Sul, aplicando metodologia de PSC (Planejamento Sistemático para a Conservação) com uso do software MARKAN ou outra ferramenta análoga.		
				RS	30.000,00	Serviços de terceiros	Contratação de serviço de design, diagramação e impressão de material informativo.		
				RS	20.000,00	Publicidade	Material de apoio às expedições de campo, e às reuniões técnicas.		
				RS	10.000,00	Material de Consumo	Realização de expedições de campo no território do PAN Planalto Sul; Realização de reuniões técnicas regionais;		
				RS	20.000,00	Diárias	Contratação de serviço de modelagem para definição de áreas prioritárias para a conservação dentro do território Planalto Sul, aplicando metodologia de PSC (Planejamento Sistemático para a Conservação) com uso do software MARKAN ou outra ferramenta análoga.		
	Programa Estadual de Restauração Ecológica	O Programa Estadual de Restauração Ecológica está amparado pela Lei Estadual n. 11.520 de 2000, Título III - dos Instrumentos de Política Estadual do Meio Ambiente - Capítulo I; Art. 15 - São instrumentos de Política Estadual do Meio Ambiente, dentre outros: II - o Plano Estadual de Preservação e Restauração dos Processos Ecológicos, Manejo Ecológico das Espécies e Ecossistemas. O Programa Estadual de Restauração Ecológica está igualmente integrado às previsões dos instrumentos da Lei Federal 12.653 de 2012, e o Decreto Federal n. 8.172 de 23 Janeiro de 2017, que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, cujo principal instrumento é o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planveg (Art. 5). Cadastro Ambiental Rural - CAR.	Melhoria do status de conservação de 20 espécies focais (criticamente ameaçadas de extinção) além de centenas de espécies benéficas/ocorrentes no território PAN Planalto Sul. As atividades da SEMA prevêm expedições de campo para coleta de dados de ocorrência das espécies ameaçadas, levantamento do estado de conservação dos habitats, e definição das áreas prioritárias para conservação do território.	RS	140.000,00	Diárias	Realização de expedições de campo no território do PAN Planalto Sul; Realização de reuniões técnicas regionais;	Leonardo Umuth	RS 200.000,00
				RS	30.000,00	Serviços de terceiros	Contratação de serviço de modelagem para definição de áreas prioritárias para a conservação dentro do território Planalto Sul, aplicando metodologia de PSC (Planejamento Sistemático para a Conservação) com uso do software MARKAN ou outra ferramenta análoga.		
				RS	20.000,00	Publicidade	Contratação de serviço de design, diagramação e impressão de material informativo.		
				RS	10.000,00	Material de Consumo	Material de apoio às expedições de campo, e às reuniões técnicas.		
				RS	20.000,00	Diárias	Realização de expedições de campo no território do PAN Planalto Sul; Realização de reuniões técnicas regionais;		
				RS	30.000,00	Serviços de terceiros	Contratação de serviço de design, diagramação e impressão de material informativo.		
FISCALIZAÇÃO	Promover o controle e fiscalização de uso indevido e ilegal de faixas silvêstres, fauna ameaçada, pesca ilegal, e supressão de vegetação nativa remanescente do Bioma Pampa e Mata Atlântica.	OPERAÇÕES CONJUNTAS DE FISCALIZAÇÃO	Combate a condutas lesivas ao meio ambiente dentro das atribuições da SEMA.	RS	28.000,00	Diárias	Diárias para servidores da SEMA	Mateus Leal	RS 42.100,00
				RS	5.000,00	Diárias	Atendimento a Denúncias provenientes de canais oficiais do Estado e ocorrência dos Boletins de Lançamento Unificado.		
				RS	2.000,00	Diárias	Atendimento a denúncias recebidas pelo Biotério.		
				RS	3.500,00	Diárias	Treinamento e capacitação de servidores ligados a Fiscalização		
				RS	2.000,00	Diárias	Demanda do Ministério Público ou crimes ambientais de grande complexidade.		
DHO	Fortalecer a implementação de quintais agroflorestais nas aldeias indígenas da etnia Mbyá Guarani estabelecidas em áreas destinadas pelo Estado do RS.	No RS existem muitas famílias indígenas que não dispõem de território e recursos que garantam sua segurança alimentar e sustentabilidade de seu modo de vida. Desta forma, nos últimos anos a aquisição de terras públicas pelo Estado trouxe uma importante perspectiva de melhoria da qualidade de vida ou, pelo menos, a possibilidade de suprir necessidades indígenas essenciais. Assim, no ano de 2014 foram criadas seis aldeias da etnia Mbyá Guarani em terras pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, retirando cerca de 380 hectares de acampamentos, em locais insalubres. Para garantir o bem viver destas famílias, torna-se fundamental a melhoria das condições ambientais destas áreas, fortalecendo a presença de elementos da biodiversidade em espaços reconhecidos como de importância cultural e espiritual para os Guarani, como os quintais agroflorestais, localizados no entorno das casas. Os Quintais agroflorestais são lugares sagrados e de destaque no dia a dia das famílias Mbyá, onde cultivam-se espécies vegetais das mais variadas, principalmente frutas, medicinais, rituais e de uso artesanal. Algumas iniciativas neste sentido estão sendo concluídas desde o último ano pelo SEMA a partir da aquisição de mudas oriundas de viveiros públicos, como o Horto Florestal do Urutó e o Jardim Botânico do RS. No entanto, dada as estruturas atuais e consequente baixa produtividade, tais viveiros garantem a produção de um número limitado de mudas, de tal forma que se faz fundamental um alternativo para aquisição de mudas nativas e definição dos compromissos legais do Estado em relação aos direitos fundamentais dos povos indígenas quanto ao seu bem viver.	RS	1.844,85	diária	1. Plantio de 3.000 mudas de espécies nativas de importância cultural/espiritual em aldeias Mbyá Guarani; 2. Diversificação dos quintais agroflorestais Mbyá Guarani, identificando-se com espécies nativas frutíferas, medicinais, rituais e artesanais; 3. Fortalecimento da autonomia, bem viver e segurança alimentar das aldeias Mbyá Guarani	Joana Bassi	RS 16.844,85	
			RS	90.000,00	Rubrica 3.3.90.35	Serviços de Terceiros	Joana Bassi	RS 90.000,00	
DHO	Elaborar e divulgar três editais de pesquisa sobre frutas nativas e outros produtos não madeireiros da vegetação nativa, manejo agroflorestal e extrativismo, de acordo com os compromissos assumidos pelo SEMA no Plano Estadual de Agropecuária e Produção Orgânica (PEAPO/O), mais especificamente a ação 4.8.3 da diretriz: "Ciclo e Conservação da Sociobiodiversidade"	A SEMA tem dedicado esforços para atender a ampliação da demanda social de regulamentação ambiental para comercialização de produtos oriundos de manejo agroflorestal e extrativista, trabalho este respaldado por um conjunto de políticas e compromissos do poder público orientado agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em ações relacionadas à sustentabilidade, manejo e conservação da sociobiodiversidade, dentre as quais a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007), a Lei sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (Lei nº 11.426, de 22 de dezembro de 2006), a Política Nacional de Agricultura Familiar (Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006) e os compromissos assumidos pelo SEMA (junto ao Plano Estadual de Agropecuária e Produção Orgânica (PEAPO/O) (Decreto 51.671/2014). O desenvolvimento de pesquisas aplicadas nesta perspectiva é fundamental para regular, certificar e promover a importância destas agroecossistemas para conservação, segurança alimentar e geração de renda, bem como para apontar potencialidades quanto a novas espécies, produtos e processos. Neste sentido, propõe-se a publicação de 03 editais de pesquisa para a definição de práticas de manejo sustentável de frutas nativas e indicadores para o extrativismo de frutas nativas, e publicação de 01 edital de pesquisa sobre o potencial de uso de outros produtos não madeireiros para a produção de artesanato visando a conservação e a geração de renda para populações tradicionais.	1. Divulgação de três editais de pesquisas sobre frutas nativas e outros produtos não madeireiros da vegetação nativa, manejo agroflorestal e extrativismo. 2. Execução de, pelo menos, três pesquisas relacionadas ao tema.	RS	90.000,00	Rubrica 3.3.90.35	Serviços de Terceiros	Joana Bassi	RS 90.000,00

CAB/DEBIO	<p>Realizar ações voltadas ao fortalecimento de alternativas à sustentabilidade de 3 IBRAs Adidas Myra Guaraní situada na região sudoeste do Rio Grande do Sul, contribuindo para avançar em sua gestão ambiental e territorial em consonância com os princípios da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNATI) Decreto Federal nº 7.747/2012. Esta proposta está alinhada à perspectiva do fomento ao diálogo intercultural e intercientífico para a gestão da biodiversidade em áreas indígenas no RS, a partir de um projeto incipiente proposto pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O Desenvolvimento Sustentável (SEMA), do Fundação Zoológica ITZEI e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI). Busca-se promover a aproximação de indígenas Myra, estudantes e gestores públicos por meio de realização de oficinas voltadas à troca de saberes no que tange às problemáticas e possibilidades relacionadas aos desafios da conservação e manejo de espécies nativas (incluindo espécies ornamentais), bem como promover/implementar alternativas voltadas à sustentabilidade de ecossistemas tradicionais, considerando as especificidades e necessidades de cada área. As ações e/ou estratégias serão definidas a partir de um processo de construção conjunta de lideranças Guaraní no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), respeitando a cada comunidade indígena.</p>	<p>Apoiar os indígenas em sua busca por autonomia, geração de renda e bem viver, bem como a conservação da biodiversidade de suas terras e de um parte das áreas públicas de manejo geral, muito bem expresso tanto na Constituição de 1988 quanto, mais recentemente, na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNATI). A PNATI apresenta como objetivo principal promover a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, assegurando a integração do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas. Esta política prevê a responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios na promoção de ações relacionadas ao fortalecimento da gestão da biodiversidade nas terras indígenas, o qual, na prática, está sendo promovido através de diversas formas pois o objetivo abrangente, gerando escassez de recursos/alimentação da biodiversidade e a necessidade de busca por novos mecanismos e estratégias para garantir que estes povos possam viver em suas terras tradicionais de acordo com seu modo de vida. Nesse sentido, a construção de uma rede de municípios sustentáveis (sem Guaraní), de acordo com a perspectiva e interesses dos povos, pode contribuir para que tenham um ambiente equilibrado e com possibilidade de voltar de áreas rurais com autonomia e sustentabilidade. Destaca-se, ademais, o compromisso assumido pela SEMA ao integrar o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), o qual apresenta como um de seus compromissos elaborar projetos que visem à implementação, por parte do Estado, de ações nas áreas de saúde, educação, cultura, saneamento, habitação, agricultura, pecuária e outras atividades de sustentação e meio ambiente, considerando as especificidades de cada comunidade indígena.</p>	<p>1. Integração entre indígenas, gestores públicos e estudantes para um diálogo intercultural e intercientífico sobre gestão ambiental em terras indígenas; 2. Elaboração de empacotamento junto a 3 IBRAs AdidasMyraGuaraní, incluindo levantamento dos ambientes e espécies de flora e fauna manejadas e sua importância econômica, social e espiritual; 3. Realização de oficinas de integração de saberes sobre a situação e a gestão ambiental das comunidades em questão, incluindo a definição de ações/estratégias voltadas a sustentabilidade das territórios; 4. Realização de oficinas de subsídio sobre a legislação ambiental referente ao manejo agropecuario de base indígena, incluindo os procedimentos de certificação de manejo extrativista para regularização da comercialização de espécies ornamentais; 5. Implementação de estratégias/ações voltadas à sustentabilidade nas paisagens (diversos de muitas naturezas, viviros-organizados, reestruturação ecológica e espécies prioritárias de interesse cultural (medeiras, frutas, tapacuras, etc.), quintais agroflorestais, hortos medicinais, criação de albatroz carilhos (Instituto Cultural), manejo comunitário de espécies exóticas invasoras, criação de animais nativos, dentre outras).</p>	<p>Rubrica 4.4.90.52 (material permanente) R\$ 20.000,00 Rubrica 3.3.90.30 (material de consumo) R\$ 25.000,00 Rubrica 3.3.90.39 (serviços de terceiros/pessoa jurídica) R\$ 21.000,00 Díctas: R\$2.499,08 (R\$122,99 x 20 díctas)</p>	Joana Buzzi	R\$ 72.499,08		
SMACC/DIOBIO e Fegam	<p>Faixa de distribuição e tendências populacionais de aves do Rio Grande do Sul</p>	<p>O projeto "Faixa de distribuição e tendências populacionais de aves de rapina no Rio Grande do Sul" tem como objetivo monitorar as populações de aves de rapina (Cathartiformes, Accipitriformes e Falconiformes) nas paisagens abertas do Estado, com ênfase no Bioma Pampa, com a finalidade de detectar alterações na distribuição, abundância e composição destas grupos funcionais no Estado. Para tanto, serão realizadas as seguintes atividades: 1) estimar a abundância das aves de rapina nos ecossistemas ecológicos dos campos do Bioma Pampa; 2) avaliar a distribuição espacial das espécies com base na abundância e raridade; 3) avaliar temporariamente alterações na distribuição das espécies, em uma base sazonal; 4) avaliar tendências de distribuição das espécies; 5) avaliar a relação da distribuição das espécies com características do habitat - tendências populacionais e variabilidade dos usos do solo; 6) elencar espécies e regiões prioritárias para a conservação; As aves de rapina são predadoras de nível trófico superiores, ocorrem em baixa densidade populacional, necessitam de áreas abertas para estabelecer seus territórios, são indicadores de biodiversidade e são sensíveis à degradação e transformação do habitat. Por sua importância ecológica, as aves de rapina são utilizadas como grupo de espécies indicadoras para avaliar o efeito do planejamento do ambiente pelas mudanças no uso do solo.</p>	<p>O presente projeto é uma iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA) com o apoio do Projeto "Conhecimento da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul" (RS Biodiversidade) e um dos 6 parâmetros que compõem o programa de monitoramento e avaliação dos ecossistemas do Rio Grande do Sul (RS Biomonitor). O projeto como um todo terá duração de 24 meses e é inspirado nos modelos norte-americanos de cartagens de aves - Christmas Bird Count e a breeding Bird Count - que se baseiam na observação de voluntários para a realização de censos anuais em áreas fixas e pré-estabelecidas (vda http://www.bird.org/birds/gov/). Durante a execução do Projeto RS Biodiversidade, vários equipamentos já foram adquiridos, tais como lunetas, tripês e telímetros, para serem utilizados em campo pelos cidadãos. Muitos conhecimentos sobre as aves de rapina do Rio Grande do Sul, incluindo dados populacionais e ecológicos. Estabelecer um protocolo de amostragem em áreas de rapina para áreas campestres e para o Estado do Rio Grande do Sul. Formar um grupo de colaboradores voluntários para desenvolvimento do programa de monitoramento de aves de rapina no Estado; Elencar espécies e regiões prioritárias para a conservação; Inserir os dados obtidos em uma base de dados do Programa RS Biomonitor da SEMA. Divulgar os resultados em eventos e publicações científicas.</p>	<p>R\$ 55.000,00 R\$ 10.000,00</p>	3.3.90.39 - Assessoria e consultoria técnica. Realização de oficina com participação de pesquisadores externos, e levantamento de campo	Glayson A. Bencke e Jan Karf F. Maltzer Jr.	R\$ 65.000,00	
DMACC/DIOBIO	<p>Projeto Sítio Paleontológico de Candelária - Segundo o Código Estadual de Meio Ambiente (Lei Estadual nº 13.120 de 03/08/2006), compete ao Estado a proteção do patrimônio paleontológico e arqueológico, objetivando a manutenção dos elementos para fins científicos, culturais e educacionais. Este projeto tem como objetivo o planejamento de atividades para implantação e conservação do Sítio Paleontológico no município de Candelária, região central do Rio Grande do Sul. O Estado do Rio Grande do Sul apresenta uma grande variedade de fósseis (vertebrados, invertebrados paleontológicos, microfósseis (algas, traços fósseis), os quais são datados que vão desde cerca de 100 milhões até mais de 300 milhões de anos atrás. Em relação ao Brasil, os fósseis do Terço Triássico (entre 245 e 202 milhões de anos atrás) são os mais raros no RS. Entre as vertebros, os mais importantes são os fósseis de Candelária e são alguns dos mais antigos dinossauros conhecidos do mundo (gêneros Gualatambos, por exemplo), os Eufendorontes mais antigos encontrados na América do Sul e os Fabrocauribus, grupo que deu origem a todos os demais dinossauros terço-triássicos. Os fósseis de dinossauros mais antigos do mundo, por exemplo, foram encontrados no RS e na Argentina, com enorme potencial turístico e econômico para o Estado, mas que demanda cuidados especiais.</p>	<p>Cabe à Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul a responsabilidade de administrar os sítios paleontológicos do Rio Grande do Sul (Art. 34 da Lei nº 87.720/2004) e de garantir a identificação dos locais que são fontes de biodiversidade do Estado. A Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul (FZRS) e o Jardim Botânico de Porto Alegre, estão atualmente inseridos no Divisão de Pesquisa e Estudos de Campo do Centro de Diagnóstico, Raps e Resiliência de Biodiversidade da SEMA (DMACC/DIOBIO/SEMA). O Projeto focamente em que busquem a identificação de áreas que são fontes de biodiversidade em um contexto de planejamento de conservação. A administração desses sítios e sua supervisão técnica, o que inclui visitas regulares, reduzem as chances de que fósseis sejam destruídos, como ocorre durante a construção de rodovias no região da Depressão Central. Avaliar os dados de todo o que são sítios paleontológicos em todo o Estado, e compreender a importância dos sítios. Estudos, do Distrito Federal e dos Municípios protegidos (Art. 23 da Constituição Federal). Trata-se de um patrimônio único, do qual não existem duplicatas, e que possui valor histórico, cultural e científico inestimável.</p>	<p>Proporcionar educação quanto à importância científica, cultural e social da conservação do patrimônio paleontológico; Avaliar e criar um plano de manejo de conservação na área do Sítio Paleontológico de Candelária. Contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental do Estado. Contribuir com a preservação do patrimônio paleontológico do sul do Rio Grande do Sul.</p>	<p>R\$ 25.000,00 R\$ 20.000,00</p>	Rubrica (Contratação de assessoria e consultoria técnica) Rubrica (Obras e Infraestrutura): melhoria da infraestrutura da área	planejamento para conservação e implantação do Sítio Paleontológico de Candelária melhoria da infraestrutura da área	R\$ 45.000,00	
DMACC/DIOBIO	<p>O projeto Pro-Biodiversidade RS - Lucasas de Informação tem como objetivo preencher lacunas de conhecimento sobre a ocorrência e distribuição atuais da flora e fauna no Estado, com foco em espécies e regiões geográficas com deficiências de informações, de modo a contribuir para a elaboração de estratégias de planejamento e gestão. O projeto envolverá três áreas: 1) buscar em campo por espécies com importantes lacunas de informações sobre distribuição, ecologia e conservação, incluindo espécies categorizadas como Dados Insuficientes (DD), que ameaças (ITF) e espécies em regimes de conservação de risco elevado; 2) inventários biológicos rápidos em regiões geográficas ou ecossistemas com lacunas de informações sobre distribuição, ecologia e conservação; 3) avaliação da representatividade das espécies de interesse para a conservação em áreas de conservação; planos de ações estratégicas de gestão. O prazo de execução do projeto é estimado em alguns dois anos. O presente área do projeto contempla a realização de oficinas de planejamento dos levantamentos a campo, a compilação de dados secundários e a realização de inventários biológicos em áreas já indicadas como prioritárias.</p>	<p>O conhecimento acerca da distribuição das espécies é essencial para o planejamento do uso de recursos naturais e para a definição de estratégias de conservação da biodiversidade. Este projeto integra a outras iniciativas de planejamento e gestão em andamento no Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, tais como o SGEI, GEF Pro-espécies, Reavaliação das Listas de Espécies de Interesse da Fauna e Flora Amargadas de Extinção (documentos gerados pelo meio do Sistema Estadual de Gestão de Planos de Manejo de Unidades de Conservação) e zoneamentos, entre vários outros, e que busquem a identificação de áreas que são fontes de biodiversidade em um contexto de planejamento de conservação. A administração desses sítios e sua supervisão técnica, o que inclui visitas regulares, reduzem as chances de que fósseis sejam destruídos, como ocorre durante a construção de rodovias no região da Depressão Central. Avaliar os dados de todo o que são sítios paleontológicos em todo o Estado, e compreender a importância dos sítios. Estudos, do Distrito Federal e dos Municípios protegidos (Art. 23 da Constituição Federal). Trata-se de um patrimônio único, do qual não existem duplicatas, e que possui valor histórico, cultural e científico inestimável.</p>	<p>Atualização do conhecimento sobre a ocorrência e distribuição geográfica de espécies da fauna e flora no Estado, com mapeamento e zoneamento das áreas prioritárias para a conservação. Qualificação das informações para elaboração de instrumento para compartilhamento da produção de dados de biodiversidade (zoneamentos, planos de planos de manejo). Análise de ecossistemas não representados em unidades de conservação. Indicação de áreas prioritárias para a conservação; Obtenção de dados para subsidiar a elaboração de Atlas da Biodiversidade do RS; Indicadores para o monitoramento da efetividade de unidades de conservação. Abatecimento do Sistema Live de espécies ameaçadas de extinção; Implementação de inventários biológicos em áreas de conservação de interesse da Círculo Nacional com representantes de regiões e espécies pouco exemplares.</p>	<p>R\$ 15.000,00 R\$ 42.850,00 R\$ 7.500,00 R\$ 27.900,00 R\$ 28.800,00</p>	Assessoria e consultoria técnica. Realização de oficina Rubrica Material permanente Rubrica Material de consumo diárias Rubrica Assessoria e consultoria técnica	planejamento para conservação e implantação do Sítio Paleontológico de Candelária melhoria da infraestrutura da área Material (papelaria, impressora, transporte, alimentação, etc.) pilhas alcalinas (60 pilhas com 16 us + 10 x RS400 - R\$5.300,00), recipientes plásticos (300x + R\$150,00), casas organizadoras de papéis (10 + R\$150,00), pastas (150 + R\$150,00), casas organizadoras de papéis (10 + R\$150,00), casas organizadoras de papéis (10 + R\$150,00), casas organizadoras de papéis (10 + R\$150,00), material para encaixetes (R\$ 3.000,00), material para acondicionamento de espécimes (R\$ 1.000,00) 8 equipes (215 + R\$150,00) 8 estratégias por 6 meses (R\$500,00 x 6 x R\$)	R\$ 122.100,00	
DEIO	<p>As listas de espécies de fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção estão em Live, sistema digital open source, no desenvolvimento especialmente para auxiliar no cadastramento e revisão de listas de espécies ameaçadas de extinção do Rio Grande do Sul, permitindo o compartilhamento e geração de relatórios em processos de organização de listas vermelhas. O sistema foi desenvolvido com sucesso nos revólves das listas.</p>	<p>A elaboração das listas de fauna e flora ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul, assim como sua revisão periódica, é prevista na Lei Complementar nº 140/2013, no Código Estadual de Meio Ambiente (Lei nº 13.120/2006) e nos Decretos Estaduais 51.797/2014 e 109/2014, estando sob a responsabilidade do órgão estadual de meio ambiente. As listas contêm um conjunto de informações sobre a ocorrência, distribuição e ameaças das espécies.</p>	<p>Sistema Live atualizado e preparado para a abertura de novo processo avaliativo do risco de extinção de espécies da fauna e flora do Estado. Novas funcionalidades instaladas no sistema, como o Módulo de Relatórios, funcionalidades de reavaliação automática e ferramenta de cálculo de Extensão de Ocorrência e Área de Ocupação. Atualização de informações sobre as espécies ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul.</p>	<p>R\$ 80.000,00</p>	Rubrica serviços de terceiros	Manutenção corretiva e evolutiva de sistema web	R\$ 80.000,00	
DEIO	<p>Identidade Visual dos servidores do DEIO/SEMA: confecção de uniformes.</p>	<p>Identidade visual dos servidores do DEIO/SEMA: confecção de uniformes.</p>	<p>Jaqueta inverniz/impermeável, boné e chapéu profissional em tecido.</p>	<p>R\$ 30.000,00</p>	Rubrica serviços de terceiros	Confecção de uniformes	Diego	R\$ 30.000,00
SEMA/Cabinete	<p>Comunicação Institucional</p>	<p>design e montagem de stand no ExpoCenter av. 2020</p>	<p>design e montagem de stand no ExpoCenter av. 2020</p>	<p>R\$ 3.000,00 R\$ 601.28,00 R\$ 200,00 R\$ 80.000,00 R\$ 4.000,00</p>	material permanente diárias (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) material de consumo Material de consumo serviços de terceiros	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 30.000,00	
DUC/DIOBIO	<p>Reunido de Gestão de Unidades de Conservação - Atividade de capacitação em situação presencial para as unidades de conservação com temáticas relacionadas ao dia da gestão de áreas protegidas no RS. As ações já foram realizadas entre 10 de agosto e 10 de setembro de 2019, com a oportunidade de os servidores trocarem experiências, compartilharem conhecimentos, atualizarem seus conhecimentos. As unidades de conservação são detentoras de 18 equipes pequenas, eventos como esse fortalecem e unificam o trabalho. Além de planejamento e atualização profissional, é importante a interação e que participem desses reuniões de gestores, analistas, técnicos e agentes administrativos, para que todos a</p>	<p>O Conselho de Unidades de Conservação (SUUC) congrega, previsto na Lei Federal 9.985/2000, a regulamentação do Decreto Estadual nº 3.462/2012. Atualmente, no DUC, estão inscritos 17 conselhos de unidades de conservação</p>	<p>Realização de reuniões mais produtivas, fortalecimento dos conselhos, integração regional das unidades de conservação</p>	<p>R\$ 3.000,00 R\$ 1.000,00 R\$ 1.000,00 R\$ 25.345,00 R\$ 30.000,00 R\$ 1.000,00</p>	material permanente diárias (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) diárias Serviços de terceiros Material de consumo	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 107.438,00 R\$ 9.300,00	
DUC/DIOBIO	<p>Voluntariado - implementação do Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação Estaduais, criado pela Portaria SEMA nº 121/2018</p>	<p>O Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação Estaduais foi criado através da Portaria SEMA nº 121/2018 no entanto ainda não foi totalmente colocado em prática. Há uma grande demanda das unidades de conservação estaduais para se apoiar através de atividades com voluntários. O voluntariado permite que haja sinergia de esforços de algumas atividades específicas, assim como uma maior interação com a sociedade e com público em geral. Para</p>	<p>Voluntários atuantes em unidades de conservação, conforme projetos específicos das UCs. Maior visibilidade e apoio da sociedade com relação às Unidades de Conservação.</p>	<p>R\$ 97.928,00 R\$ 10.000,00 R\$ 5.000,00 R\$ 5.000,00</p>	material de consumo serviços de terceiros Material de consumo publicidade	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 15.000,00 R\$ 206.110,00	
DUC/DIOBIO	<p>Conselhos de Unidades de Conservação - Distribuição de materiais visando a estimular a realização de eventos locais, regionais e estaduais, visando a manutenção de uma lógica</p>	<p>Os conselhos de unidades de conservação são órgãos colegiais, previstos na Lei Federal 9.985/2000, a regulamentação do Decreto Estadual nº 3.462/2012. Atualmente, no DUC, estão inscritos 17 conselhos de unidades de conservação</p>	<p>Realização de reuniões mais produtivas, fortalecimento dos conselhos, integração regional das unidades de conservação</p>	<p>R\$ 1.200,00 R\$ 1.000,00 R\$ 1.000,00 R\$ 25.345,00 R\$ 30.000,00 R\$ 1.000,00</p>	material de consumo diárias (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) diárias Serviços de terceiros Material de consumo	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 107.438,00 R\$ 9.300,00	
DUC/DIOBIO	<p>Seminário de Gestão de Áreas Protegidas - Realização de eventos com participação de representantes das Unidades de Conservação Estaduais, visando a troca de experiências, compartilharem conhecimentos, atualizarem seus conhecimentos. As unidades de conservação são detentoras de 18 equipes pequenas, eventos como esse fortalecem e unificam o trabalho. Além de planejamento e atualização profissional, é importante a interação e que participem desses reuniões de gestores, analistas, técnicos e agentes administrativos, para que todos a</p>	<p>O Conselho de Unidades de Conservação (SUUC) congrega, previsto na Lei Federal 9.985/2000, a regulamentação do Decreto Estadual nº 3.462/2012. Atualmente, no DUC, estão inscritos 17 conselhos de unidades de conservação</p>	<p>Realização de reuniões mais produtivas, fortalecimento dos conselhos, integração regional das unidades de conservação</p>	<p>R\$ 1.200,00 R\$ 1.000,00 R\$ 1.000,00 R\$ 25.345,00 R\$ 30.000,00 R\$ 1.000,00</p>	material de consumo diárias (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) diárias Serviços de terceiros Material de consumo	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 107.438,00 R\$ 9.300,00	
DUC/DIOBIO	<p>Plano de SEUC - Realização de reuniões com especialistas convidados para elaborar o Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Unidades de Conservação</p>	<p>Elaborar documento final, editar mapas georreferenciados e disponibilizar Plano do SEUC/RS</p>	<p>Relatório e mapas do Plano do SEUC</p>	<p>R\$ 100.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 20.000,00 R\$ 5.000,00</p>	serviços de terceiros Serviço de terceiros Material de consumo Material de consumo	Impressão de mapas e planos SEUC	R\$ 100.000,00	
DUC/DIOBIO	<p>Participação em eventos relacionados à sustentabilidade e conservação</p>	<p>Garantir a participação de servidores e em eventos regionais e nacionais sobre as temáticas relacionadas à biodiversidade, conservação, áreas protegidas, etc., com o intuito de atualização de saberes e conhecimentos em sua prática.</p>	<p>Seminários presenciais em eventos tais como Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Seminários de Áreas Protegidas e outros com temáticas relacionadas ao trabalho do Departamento de Meio Ambiente</p>	<p>R\$ 1.200,00 R\$ 1.000,00 R\$ 1.000,00 R\$ 25.345,00 R\$ 30.000,00 R\$ 1.000,00</p>	material de consumo diárias (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) diárias Serviços de terceiros Material de consumo	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 107.438,00 R\$ 9.300,00	
DUC/DIOBIO	<p>Comitê Ambiental</p>	<p>Ambientação Normativa em Unidade de Conservação - Trabalho de conclusão de curso em áreas protegidas em Unidades de Conservação Estaduais, visando a troca de experiências, compartilharem conhecimentos, atualizarem seus conhecimentos. As unidades de conservação são detentoras de 18 equipes pequenas, eventos como esse fortalecem e unificam o trabalho. Além de planejamento e atualização profissional, é importante a interação e que participem desses reuniões de gestores, analistas, técnicos e agentes administrativos, para que todos a</p>	<p>Realização de reuniões mais produtivas, fortalecimento dos conselhos, integração regional das unidades de conservação</p>	<p>R\$ 1.200,00 R\$ 1.000,00 R\$ 1.000,00 R\$ 25.345,00 R\$ 30.000,00 R\$ 1.000,00</p>	material de consumo diárias (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) diárias Serviços de terceiros Material de consumo	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 107.438,00 R\$ 9.300,00	
DUC/DIOBIO	<p>Projeto de Ação Cidadã para melhorar as ações do Estado do Rio Grande do Sul em áreas protegidas</p>	<p>Como estratégia de divulgação, fortalecimento da gestão, implementação do DUC/RS, implementação do SEUC.</p>	<p>Evento realizado, com participação de todas as unidades de conservação estaduais e áreas de meio ambiente, fazendas e particulares.</p>	<p>R\$ 1.200,00 R\$ 1.000,00 R\$ 1.000,00 R\$ 25.345,00 R\$ 30.000,00 R\$ 1.000,00</p>	material de consumo diárias (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) diárias Serviços de terceiros Material de consumo	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 107.438,00 R\$ 9.300,00	
DUC/DIOBIO	<p>Planejamento e Monitoramento das Unidades de Conservação</p>	<p>A cultura do planejamento e monitoramento da gestão das unidades de conservação no RS é prevista na Lei Complementar nº 140/2013, no Código Estadual de Meio Ambiente (Lei nº 13.120/2006) e nos Decretos Estaduais 51.797/2014 e 109/2014, estando sob a responsabilidade do órgão estadual de meio ambiente. As listas contêm um conjunto de informações sobre a ocorrência, distribuição e ameaças das espécies.</p>	<p>Atualização do conhecimento sobre a ocorrência e distribuição geográfica de espécies da fauna e flora no Estado, com mapeamento e zoneamento das áreas prioritárias para a conservação. Qualificação das informações para elaboração de instrumento para compartilhamento da produção de dados de biodiversidade (zoneamentos, planos de planos de manejo). Análise de ecossistemas não representados em unidades de conservação. Indicação de áreas prioritárias para a conservação; Obtenção de dados para subsidiar a elaboração de Atlas da Biodiversidade do RS; Indicadores para o monitoramento da efetividade de unidades de conservação. Abatecimento do Sistema Live de espécies ameaçadas de extinção; Implementação de inventários biológicos em áreas de conservação de interesse da Círculo Nacional com representantes de regiões e espécies pouco exemplares.</p>	<p>R\$ 15.000,00 R\$ 97.928,00 R\$ 10.000,00 R\$ 5.000,00 R\$ 5.000,00</p>	diárias material de consumo serviços de terceiros Material de consumo publicidade	Manutenção corretiva e evolutiva de sistema web Impressão de mapas e planos SEUC	R\$ 80.000,00 R\$ 206.110,00	
DUC/DIOBIO	<p>Voluntariado - implementação do Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação Estaduais, criado pela Portaria SEMA nº 121/2018</p>	<p>O Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação Estaduais foi criado através da Portaria SEMA nº 121/2018 no entanto ainda não foi totalmente colocado em prática. Há uma grande demanda das unidades de conservação estaduais para se apoiar através de atividades com voluntários. O voluntariado permite que haja sinergia de esforços de algumas atividades específicas, assim como uma maior interação com a sociedade e com público em geral. Para</p>	<p>Voluntários atuantes em unidades de conservação, conforme projetos específicos das UCs. Maior visibilidade e apoio da sociedade com relação às Unidades de Conservação.</p>	<p>R\$ 97.928,00 R\$ 10.000,00 R\$ 5.000,00 R\$ 5.000,00</p>	material de consumo serviços de terceiros Material de consumo publicidade	- dois painéis fixadores e uma bolsa de transporte (1000g) - para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais - 800g - 800g (para 2 ou 3 servidores por UC por evento e outros materiais) - comunicação e divulgação (impressão de materiais, envio de e-mails, divulgação em redes sociais, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) - divulgação em redes sociais (Facebook, Instagram, etc.)	R\$ 15.000,00 R\$ 206.110,00	
DUC/DIOBIO	<p>Conselhos de Unidades de Conservação - Distribuição de materiais visando a estimular a realização de eventos locais, regionais e estaduais, visando a manutenção de uma lógica</p>	<p>Os conselhos</p>						

FAUNA	<p>Subsidiar a manutenção de fauna silvestre nos empreendimentos que recebem, triam, tratam, reabilitam e mandam indeluzidos da fauna silvestre adoçados de coelhos e fauna com o objetivo de repasse dos seguintes materiais:</p> <p>1. Fornecer materiais hospitalares e sanitacionais (medicações, equipamentos, gases, seringas, soros, entre outros) e de consumo (ração e alimentos) para manutenção de espécimes nos empreendimentos de fauna autorizados pelo Estado;</p> <p>2. Fornecer material para construção e manutenção de recintos de fauna silvestre em empreendimentos de fauna autorizados pelo Estado;</p>	<p>A partir da publicação da Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, o estado assumiu, entre outras atribuições, a seguinte elencada no inciso XIX do artigo 9º que se refere a aprovar e funcionamento de criadouros de fauna silvestre. Dessa forma, a SEMA passou a autorizar e fiscalizar todas as categorias de empreendimentos de fauna silvestre no Estado do Rio Grande do Sul. No período de janeiro a dezembro de 2018, os empreendimentos autorizados a realizar o atendimento emergencial de fauna silvestre receberam 3713 indivíduos provenientes de diversas situações de conflitos, como atropelamentos, ataques de animais domésticos, filhotes caídos do ninho, eletrocussão, caça, cativeiro ilegal, conflitos com rede de pesca, entre outros. A Constituição Federal em seu Art. 225, Cap. VI, afirma que compete ao Poder Público a responsabilidade de proteger a fauna, vedando as práticas que ponham em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção das espécies ou que os submetam à crueldade. Essa responsabilidade do Estado sobre a fauna silvestre também está definida na Lei nº 9.197/1997, denominada "Lei de Proteção à Fauna".</p>	<p>considerando que os empreendimentos que recebem fauna silvestre atuam de forma voluntária no atendimento da fauna silvestre, pois não possuem, até a presente data, repasse de recursos financeiros providos do Estado, que é responsabilidade deste a proteção da fauna silvestre, esta decisão repete poder auxiliar nos custos de atendimento e manutenção da fauna silvestre em cativeiro temporário e permanente, além do aperfeiçoamento desses locais.</p>	R\$	200.000,00	Materiais de Consumo	fornecer materiais hospitalares e sanitacionais (medicações, equipamentos, gases, seringas, soros, entre outros) e de consumo (ração e alimentos) para manutenção de espécimes nos empreendimentos de fauna autorizados pelo Estado;	Cristiane Alves da Silva e Caroline Dal Bosco	R\$	200.000,00
	<p>Subsidiar a manutenção de fauna silvestre no Centro de Triagem de Animais Silvestres - CTAS do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, localizado em Porto Alegre, em virtude do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 12/2018 celebrado entre IBAMA e SEMA, o qual tem por objeto o estabelecimento de gestão compartilhada, de modo a promover ações conjuntas entre os parceiros relativas a recepção, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação e destinação de animais silvestres recebidos nesse centro, provenientes das ações fiscalizatórias, resgate ou entregas voluntárias.</p>	<p>entre outros objetivos do ACT, cabe a ambos os órgãos o fornecimento de alimentação, de medicações e equipamentos/materiais necessários para a manutenção de espécimes no CTAS/IBAMA. Conforme informações prestadas pelo IBAMA, de outubro de 2017 a setembro de 2018, os órgãos do Estado do Rio Grande do Sul encaminharam ao CTAS 5.123 animais, destes 444 (8,64%) foram encaminhados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, 289 (5,63%) pela Brigada Militar e 390 (7,61%) pela Polícia Civil.</p>	<p>auxiliar nos custos de atendimento e manutenção da fauna silvestre em cativeiro temporário no CTAS/IBAMA, além de cumprir com um dos objetivos do ACT.</p>	R\$	25.000,00	Materiais de consumo	insumos	Cristiane Alves da Silva e Caroline Dal Bosco	R\$	25.000,00
DAF/DIOB	<p>Presente no TERMO DE COOPERAÇÃO da Delegação de Competência da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) ao Município, está a incumbência do Estado em prestar Capacitação municipal na execução de gestão florestal no Bioma Mata Atlântica, através do mantimento técnico das diretrizes do licenciamento das atividades e empreendimentos e fiscalização dentro dos limites municipais, cujo objetivo é verificar e garantir as restrições impostas pela Lei nº 11.426, de 27 de dezembro de 2006, denominada Lei da Mata Atlântica, regulamentada pelo Decreto nº 6.606, de 11 de novembro de 2008. A aproximação entre os entes visa estabelecer critérios procedimentais na gestão florestal do Bioma Mata Atlântica, com vistas a preservar, conservar e recuperar remanescentes florestais do bioma.</p>	<p>O Decreto Estadual 53.427 de 09 de fevereiro de 2017 que aprova o Regulamento Interno da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM, em seu Art. 11 inclui como competência desta, em seu inciso XXXI, dentre o âmbito e a supervisão de vegetação primária, secundária, nativa, de floresta e formações sucesoriais. Com vistas a estabelecer o procedimento de transferência das solicitações de suplenção ou renovação de vegetação nativa e a reposição florestal obrigatória ou compensação ambiental, no âmbito da SEMA e da FEPAM a Portaria Conjunta SEMA / FEPAM nº 01/2017 estabelece que compete SEMA a análise e a emissão de pareceres técnicos no acompanhamento da execução das atribuições previstas no Termo de Convênio de delegação da competência ao âmbito municipal a gestão florestal do Bioma Mata Atlântica.</p>	<p>1. Emissão e publicação de normas, instruções normativas, formulários e termos de referência aos licenciamentos de manejo de vegetação nativa delegados pelo TERMO DE COOPERAÇÃO das atividades e empreendimentos considerados de impacto ambiental local;</p> <p>2. Prestação de orientações técnicas ao Município visando a avaliação das atividades e ações delegadas;</p> <p>3. Fiscalização das ações delegadas visando o cumprimento das obrigações, restrições e condições impostas pela legislação florestal vigente;</p> <p>4. Monitoramento dos pedidos de homologação de licenças florestais emitidas pelo Município, fiscalizando sua regularidade, para fins de inclusão no sistema OOP do IBAMA, quando cabíveis, para o correto transporte de matéria-prima florestal nativa;</p> <p>5. Estruturar as Secretarias Municipais de Meio Ambiente para implementação do plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, previsto na Lei nº 11.426/2006.</p>	R\$	3400	materiais de consumo	insumos para eventos			
				R\$	7.200,00	Diários	Diários para funcionários da SEMA as ações previstas;	Diego Meilo	R\$	10.600,00

ador Ecológico da Quarta Co	1. Planos Municipais Mata Atlântica	Elaboração dos Planos para os municípios do corredor	Contratação de empresa para produção do PMMA em conjunto com os municípios	RS	1.029.300,00	serviços terceiros	Consultoria especializada para produção textual e geoespacial das informações do PMMA	Raquel Pretto	RS	1.029.300,00		
	2. Apoio à gestão do PECC	Acompanhar a efetivação de Planos e divulgar o CECC	Participação nas atividades do comitê	RS	1.475,88	díarias	12 diárias (2 dias de 3 dias para 2 pessoas)	Luiza Lokstein	RS	1.475,88		
		Estimular produtos orgânicos nativos	Capacitação técnicos locais sobre sistemas agroflorestais	RS	4.632,14	díarias	36 diárias (1 dia de 3 dias para 4 pessoas)					
		Curso saborear natural	Capacitação comunidade para geração de renda com produção de sabão a partir de matéria-prima vegetal	RS	2.205,00	díarias	8 diárias (2 dias de 3 dias para 3 pessoas)	Joana Bassi	RS	7.205,00		
				RS	5.000,00	material de consumo	insumos para curso saborear natural					
				RS	5.390,00	díarias	44 diárias (2 dias de 5 dias para 2 pessoas e 2 dias de 3 dias para 4 pessoas)					
	4. Fomento à agroflorestas	Curso coleta sementes e viveirismo	Capacitação comunidade para a coleta de sementes em matrizes pré-estabelecidas e geração de renda com a produção de mudas de produtividade e qualidade	RS	10.000,00	utilidade	insumos	Caroline	RS	57.390,00		
				RS	12.000,00	serviço de consumo	coffe-break					
				RS	15.000,00	Material permanente	equipamentos básicos para viveiro (plástico, tecido, poda, poda, enxada, etc)					
				RS	15.000,00	material de consumo	insumos básicos para começar produção (terra, adubo, tubetes, semente)					
	5. Certificação florestal	Propriedades do CECC certificadas	Realizar a certificação de uma propriedade piloto em Agudo	RS	1.475,88	díarias	12 diárias (2 dias de 3 dias para 2 pessoas)	Caroline	RS	1.475,88		
	6. Plano de Vida da Taboa Porã	Engajamento comunidades tradicionais no CECC	Implantação de quintais florestais e meliponários	RS	1.844,85	díarias	12 diárias (2 dias de 3 dias para 2 pessoas) + 3 diárias PECC	Joana Bassi	RS	1.844,85		
	7. Meliponários	Estímulo à produção mel de espécies nativas	Meliponário piloto implantado e cadastro de interessados	RS	2.213,82	díarias	18 diárias (2 dias de 3 dias para 3 pessoas)	Raquel Pretto	RS	2.213,82		
	8. Trilha longo percurso	Construção de mais trechos	Articulação com atores locais para desenho e estruturação do trajeto	RS	8.207,50	díarias	54 diárias (6 dias de 3 dias para 3 pessoas) + 2 1/2 diárias PECC + 10 diárias para hospedagem	Dennis	RS	13.207,50		
				RS	5.000,00	Material de consumo	Placas de sinalização					
				RS	2.940,00	díarias	24 diárias (4 dias de 3 dias para 2 pessoas)	Raquel Pretto	RS	7.940,00		
				RS	5.900,00	material de consumo	coffe-break					
	DMACC/DBO	O projeto visa captar recursos para atualizar o banco de dados das áreas únicas do bioma pampa do estado do Rio Grande do Sul, através do mapeamento, caracterização e classificação das remanescentes como subsídios para gestão, monitoramento e utilização sustentável. A proposta é desenvolver ferramentas para gestão ambiental, através da descrição dos principais tipos de áreas únicas do bioma Pampa existentes no Estado, considerando suas características quanto a representatividade de fauna e flora, hidrologia, serviços ambientais assim como as ameaças sofridas pela região de entorno, estabelecendo parâmetros que possam ser adotados na gestão de outras áreas únicas do estado que possuam características semelhantes. Como objetivos específicos visa mapear e atualizar a base de dados das áreas únicas do bioma Pampa do estado do Rio Grande do Sul. Caracterizar as zonas únicas, avaliar os processos biológicos dos remanescentes, classificando-as em tipologia específicas, avaliar o estado de conservação das zonas únicas e a sua potencialidade para práticas sustentáveis e serviços ambientais; promover ações de divulgação da importância da conservação das áreas únicas e dos sistemas ambientais associados que afeta sustentabilidade em nível local e regional, capacitando gestores públicos ambientais.	Considerando que, originalmente, o estado do Rio Grande do Sul apresentava em torno de 5,3 milhões de hectares de áreas únicas (Kiani et al., 1985), o levantamento de áreas únicas existente elaborado pela Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul, através do mapeamento, caracterização e classificação das remanescentes como subsídios para gestão, monitoramento e utilização sustentável. Uma atualização e ampliação dos dados das áreas únicas de estado se faz necessária pois essas possuem um papel fundamental para a conservação da biodiversidade e, ao longo da história, vêm sendo fragmentada e drenadas em consequência do desenvolvimento econômico. A atualização e ampliação das áreas únicas do Estado, assim como o conhecimento de sua diversidade e serviços ambientais, irá auxiliar no planejamento ambiental, trazendo subsídios para gestão ambiental e decisões em áreas que possam ter um uso sustentável ou que devam ter um uso mais restrito para sua importância para conservação da biodiversidade. Um exemplo é o zoneamento da ocupação no estado do Rio Grande do Sul que tem o mapeamento das áreas únicas como uma das camadas de informação, e até hoje é utilizado na tomada de decisões e restrições. Esse projeto também visa dar subsídios para o programa de regulação ambiental do cadastro rural, onde o gestor terá melhores condições de emitir as informações fornecidas pelos produtores, sobre as suas áreas de preservação permanente, especificamente os banhados. O projeto visa dar subsídios para diversas ações e programas de gestão ambiental desenvolvidos pelos departamentos do Secretariado do Meio Ambiente e Infraestrutura e pela Fepam, onde podemos citar: o RS Biomonitora que tem como um dos seus biomonitores os remanescentes naturais, o SIGEMD que tem em informações das espécies possui um mapeamento completo dos ecossistemas, a Base Cartográfica Digital da SEMA, atualizando a base de dados de áreas únicas da categoria hidrográfica, utilizada em vários processos de gestão, o SOUT, Sistema de outorga de água desenvolvido pelo Departamento de Recursos Hídricos, entre outros.	Um banco de dados espacial atualizado das áreas únicas do bioma Pampa, com a delimitação geográfica das principais áreas, sua tipologia e classificação, destacando suas características biológicas, seus serviços ambientais, suas principais ameaças, e suas potencialidades para um uso sustentável. Um mapa das áreas únicas produzido através de imagens de satélite de alta resolução atualizadas e fotografias aéreas de pequeno formato, inserido e funcional dentro do Sistema de informações geográficas da Biodiversidade (SIGBio), disponível no primeiro momento para o uso dos órgãos de gestão ambiental, e posteriormente para a comunidade. Um site web do projeto Áreas Únicas para gestão e integração das ações, repositório de dados e difusão de informações. Inscrição de um folheto de divulgação do projeto. A longo prazo poderá ser feita uma atualização e de mesmo uma expansão da base de dados de mapeamento das áreas únicas do estado, inclusive, por exemplo, o mapeamento das áreas únicas do bioma Mata Atlântica.	RS	7.011,00	Material permanente					
					RS	10.000,00	Rubrica (material de consumo)					
RS					65.300,00	Rubrica (consultoria técnica)						
RS					25.000,00	Rubrica (material de consumo)						
RS					7.011,00	Rubrica(díarias)						
RS					55.000,00	Material permanente						